

Política

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Audidores querem novas regras de indicação ao TCE

Sindicato lança hoje campanha para edital público ao cargo

Marcus Meneghetti
marcus@jornaldocomercio.com.br

O Sindicato dos Auditores Públicos Externos do Tribunal de Contas do Estado (Ceape Sindicato) promove hoje a campanha Conselheiro Cidadão – cujo objetivo é pressionar o governo do Estado a lançar um edital público para acolher a candidatura de qualquer cidadão à vaga de conselheiro, aberta com a morte do membro da Corte Adroaldo Loureiro, ex-deputado pelo PDT.

O substituto de Loureiro vai ser escolhido pelo governador José Ivo Sartori (PMDB), que, a exemplo dos outros chefes do Executivo que o antecederam, deve indicar um político para o cargo. Até o momento,

três nomes se mostraram interessados: os deputados estaduais do PMDB Gilberto Capoani e Alexandre Postal, líder do governo na Assembleia Legislativa; e o secretário estadual de Obras, Saneamento e Habitação, Gerson Burmann (PDT).

Contudo, o presidente do Ceape Sindicato, Josué Martins, critica tal método. “Essa escolha deve ser democrática, transparente e republicana. O desatendimento desses princípios, resultando na escolha dos mais convenientes politicamente, está produzindo problemas Brasil a fora”, avaliou Martins.

Por isso, a proposta do Ceape busca ampliar o leque de nomes para além da classe política, mas mantendo a incumbência da es-

colha ao chefe do Executivo. Segundo o presidente da entidade, o edital permitiria que membros da academia, representantes de entidades de classe ou qualquer cidadão que preencha os requisitos previstos na Constituição apresentem seu nome ao governador - que escolheria entre eles e os indicados políticos.

De acordo com a Constituição, os conselheiros têm que ter entre 35 e 65 anos de idade; idoneidade moral e reputação ilibada; conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos, financeiros ou de administração pública; e no mínimo 10 anos de experiência em funções que exijam a aplicação dos conhecimentos mencionados.



MARCELO G. RIBEIRO/JC

Processo deve ser transparente e republicano, defende Josué Martins

“Nossa expectativa é abrir a escolha dos conselheiros para toda a cidadania, afinal, acreditamos que essa vaga é da sociedade. A classe política faz parte da cidadania, não podemos excluí-los. O que não podemos aceitar é só a indicação política”, ponderou Martins. Outros sindicatos já declararam apoio à proposta do Ceape, como

o Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul (Senge/RS), o dos Técnicos Tributários da Receita Estadual (Afocefe), além do Conselho Regional de Administração (CRA) e Conselho Regional de Contabilidade (CRC). “Acreditamos que essa seja a maneira mais transparente e democrática de escolha do conselho de Contas”, concluiu Martins.

Presidente do Ceape discorda de emenda à Constituição para vetar indicações políticas

O presidente do Sindicato dos Auditores Públicos Externos do Tribunal de Contas do Estado (Ceape Sindicato) discorda da Proposta de Emenda à Constituição do deputado estadual Pedro Pereira (PSDB), que veta a indicação de deputados e ex-deputados para o Tribunal de Contas do Estado (TCE). A discussão veio à tona com a abertura da vaga do ex-conselheiro Adroaldo Loureiro.

“No passado, tivemos uma posição

mais radical, próxima da do deputado. Mas chegamos à conclusão de que não era a alternativa mais democrática e transparente. Por isso, defendemos o edital, que abre possibilidades para toda a cidadania, sem excluir a classe política”, opinou Martins.

A proposta de Pereira busca, entre outras coisas, evitar que as indicações políticas acabem por interferir nos processos do TCE, como por exemplo o julgamento das contas

dos governadores, que praticamente em todas as gestões têm as contas aprovadas com várias ressalvas, apesar das recorrentes recomendações do Ministério Público para reprová-las. O presidente do Ceape reconhece, no entanto, que a indicação política pode interferir no resultado dos trabalhos do TCE: “Claro, (a indicação política) pode interferir, sim. O fato de deputados serem indicados ao conselho de Contas justamente por estarem

vinculados a partidos pode interferir, mesmo que, para assumir, tenham que se desvincular das legendas”.

Contudo, lembrou que o julgamento definitivo das contas do Executivo acontece nos Legislativos, que também submetem à votação as contas dos governadores, por exemplo. “Há um julgamento técnico no TCE e um julgamento político nos Legislativos”, ponderou Martins.

Ritter Hotéis. A melhor estrutura para sua estadia e seu encontro de negócios.

Desfrute de:

- Ótima localização
- Atendimento diferenciado
- Cozinha internacional
- Centro de eventos

40 ANOS
ritter hotéis

Av. Washington Lillo Wegge, 55
Centro - Porto Alegre - RS
Tel: 51 3210.4000
Tel: 51 51 3228.0044

VERSARE

Faça sua reserva pelo site
www.ritterhotels.com.br
DDD: 0300.517428

PARTIDOS

Deputados denunciam postagens de peemedebista

Os deputados estaduais Adão Villaverde (PT), Manuela d'Ávila (PCdoB) e Pedro Ruas (P-Sol) protocolaram uma comunicado de fato criminoso na Procuradoria-Geral de Justiça, ontem, contra o secretário adjunto da executiva estadual do PMDB, Daniel Kieling. No documento, os parlamentares pedem que o Ministério Público “adote as providências judiciais” sobre as declarações do peemedebista, que

afirmou que “a vagabundagem do PT merece tomar tiro, porrada e cacetete”, em uma rede social.

Os parlamentares classificam as declarações como “neonazistas” e afirmam que o texto viola a Constituição, além de se caracterizar como crimes de incitação pública, difamação e injúria. Kieling, que também integra o governo de José Ivo Sartori (PMDB), na diretoria adjunta da Assessoria de Assuntos

Municipais da Casa Civil, publicou uma retratação das declarações. “Nunca deixarei de ser oposição ao PT, no entanto, nunca concordei com violência e me expressei mal ao utilizar palavras pesadas nesse sentido. Cabe minhas desculpas aos bons petistas que nada têm a ver com o que está acontecendo com seu partido.” O PMDB disse, em nota, que as declarações “não expressam a opinião” da sigla.

GESTÃO PÚBLICA

Rio de Janeiro atrasa pagamento de servidores

O governo do Rio de Janeiro informou ontem, em nota, que o pagamento de fevereiro de servidores ativos e inativos e dos pensionistas ocorrerá somente na próxima sexta-feira. A data prevista era hoje. Por causa da grave crise econômica que afeta o estado, o governador Luiz Fernando Pezão

(PMDB) alterou, em 2015, a data de pagamento dos servidores, inicialmente, do segundo para o quinto dia e depois para o sétimo dia útil da cada mês. Ele não conseguiu, no entanto, cumprir o calendário.

O estado pediu a “compreensão dos seus servidores” e atribuiu o atraso “ao agravamento da crise

financeira, provocada pelo aprofundamento da desaceleração da economia brasileira, recuo nos investimentos da Petrobras e queda nos preços do petróleo”. Segundo o governo, na sexta-feira, será pago R\$ 1,445 bilhão para 220,3 mil servidores ativos, 153,4 mil aposentados e 94,8 mil pensionistas.